

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DE DOIS MIL E CATORZE -----

----- ATA NÚMERO CINCO -----

----- (Mandato 2013-2017)-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e catorze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário e pela Excelentíssima Senhora Margarida Alexandra do Nascimento Afonso, Segunda Secretária..-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda e Mário Rui Peixoto dos Reis Costa.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, Armando Dias Estácio, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Maria Manuela da Silva Correia Brito Nunes Santos e Francisco Luís Ferreira Bento. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Moraes.-----

----- **Do Centro Democrático Socia-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Nuno Beirante Domingues, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Moraes. -----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Membro Joaquim Fernandes Marques (PSD)** disse que tinha uma questão relativamente à receção da documentação para as reuniões. Tinha recebido uma carta registada na semana anterior a convocar a reunião e a correspondência com essa documentação tinha chegado no dia anterior a casa, na véspera da reunião. Por acaso já tinha conhecimento da reunião, porque no dia das eleições passara pela Junta e deram-lhe uma cópia da documentação.-----

----- O que sugeria era que a documentação fosse enviada para casa das pessoas com mais antecedência. -----

----- Verificava em sua casa que atualmente havia distribuição quase dia sim/dia não. Antigamente os carteiros conheciam as casas, conheciam as pessoas, atualmente eram pessoas muitas vezes contratadas em empresas de trabalho temporário, que não conheciam as ruas, nem as casas. -----

----- Por outro lado, quando havia eleições afixavam-se na entrada principal da Junta os resultados e algumas pessoas tinham perguntado pelos resultados das eleições europeias na Freguesia, que tinham passado pela Junta e não viram. Depois disseram-lhe que estavam na vitrina ali ao lado, mas em letra muito pouco legível e ao fundo de tudo. Para as pessoas que passassem por ali, essa afixação dos resultados fazia-se sempre na porta principal. -----

----- Diziam-lhe também que nas anteriores Freguesias de Alvalade e do Campo Grande não tinham sido afixados os resultados. Era uma questão de informação às pessoas. ---

----- Posteriormente tinha passado pela Junta e vira que no meio de muitas informações, muitos documentos, muitos papéis, havia uma coisa pequena em baixo e muito dificilmente legível a dar o resultado das eleições.-----

----- Era essa chamada de atenção que queria fazer.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que ficariam em ata as observações feitas.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguesa Isabel Gomes** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Já não é a primeira vez que venho aqui, sou Freguesa desta Freguesia há já alguns anos e gostaria de contar aqui o problema das obras na Rua Infante Dom Pedro. Já lá vai algum tempo e mesmo com o refazer do projeto já está a entrar num tempo quase que escusado.*-----

----- *A ligação entre a Travessa Henrique Cardoso e a Rua Infante Dom Pedro é feita a passo de caracol. Eu penso que estão a colocar um tijolo em cada dia e a situação vai demorar ainda com certeza muito tempo.*-----

----- *Por outro lado gostava, se fosse possível, que me dissessem o que está a acontecer com a obra que está a ser finalizada junto ao fontanário. Estou a falar da rua junto à PT. Aquilo está tudo levantado e não se consegue perceber exatamente o que é que está a acontecer.*-----

----- *Ainda queria levantar a questão da limpeza e da lavagem. A lavagem efetivamente foi visível, foi feita durante o dia, mas a água entrou pelos estabelecimentos, pelas escadas, por tudo quanto era sítio, deixando os comerciantes um bocado mal dispostos. Concretamente na entrada do prédio onde habito, ficou um lago lá dentro. Ainda tive oportunidade de mandar uma nota aqui para a Junta. Parece-me que seria vantajoso voltar à lavagem das ruas de noite.*-----

----- *Quanto ao levantamento do lixo, neste momento nem de dia nem de noite. O lixo vai-se acumulando nalgumas ruas, antes fazia-se durante a noite e depois passou-se a fazer no início da manhã, agora passam-se dias que as camionetas não chegam a muitos locais.*-----

----- *Eu bem sei que este tipo de lixo é com a Câmara Municipal de Lisboa, mas com certeza que com a passagem dos trabalhadores para a Junta ficaram lá com pouco pessoal e agora quem se “trama” é o munícipe, que acaba por ficar com o lixo nos caixotes cá fora, cheirando mal.*-----

----- *Queria ainda levantar mais duas questões e uma delas é o serviço noturno do posto das Murtas. Eu penso que está fechado durante a noite.*-----

----- *O fecho do posto da Moniz Barreto, que ou vai acontecer qualquer coisa àquele local, ou não consigo perceber porque é que fechou.*-----

----- *Eram as dúvidas que tinha.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** perguntou o que é que a freguesa Isabel Gomes queria significar com o serviço noturno do posto das Murtas.-----

----- **Freguesa Isabel Gomes** disse que ele estava a funcionar durante a noite e atualmente estava fechado.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, voltando um pouco atrás, referiu que a Lei dispunha que as assembleias de freguesia eram convocadas com cinco dias de antecedência e os documentos e ordens de trabalhos tinham que ser remetidos com 48 horas de antecedência, o que tinha acontecido. Quem tinha a facilidade de utilizar tecnologias de informação tinha recebido no próprio dia ou no dia seguinte da convocatória, inclusivamente com o aviso através de um e-mail alternativo para prevenir os riscos de, como no passado, a documentação ir para caixas de correio eletrónico indesejadas.-----

----- A Junta de Freguesia vinha tendo uma especial gentileza com quem não usava ainda tecnologias de informação, desde logo tendo disponibilizado a possibilidade de receberem os documentos em casa e em papel. Havia até a gentileza de muitas vezes levar os documentos à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto aos resultados das eleições, eles tinham sido publicados no formulário oficial fornecido pela Direção Geral da Administração Interna. Tinha sido afixado na vitrina da sede, uma vez que, dadas as circunstâncias operacionais, era o espaço onde obrigatoriamente a Junta tinha que divulgar os resultados. Eles estavam disponíveis noutras fontes e, na verdade, eram poucas as pessoas que procuravam diretamente nas vitrinas, sem prejuízo de no futuro se tentar encetar um mecanismo que permitisse colocar nas vitrinas dos outros postos de atendimento. -----

----- Verificava que ainda não havia a evolução do ponto de vista do léxico. As Freguesias de Alvalade, do Campo Grande e de São João de Brito tinham sido extintas e esse léxico devia estar afastado das intervenções. De futuro os postos de atendimento seriam adaptados de outra forma, no sentido de poder haver uma informação mais difusa para quem quisesse consultar em papel, que era um modo perfeitamente respeitável de obter informação. -----

----- Quanto às obras da Rua Infante Dom Pedro, não tinha a data de memória, mas já tinha sido oficiado no sentido da retoma das obras. O atraso era em virtude de uma alteração ao projeto proposta pelos próprios moradores, o que causara grande satisfação, porque conseguira-se não só um momento de exercício de cidadania, como um ganho importante do ponto de vista da oferta de estacionamento quando a obra concluísse. Brevemente a obra seria retomada, de acordo com o faseamento que os moradores pretendiam e não de acordo com o faseamento que a Senhora Diretora Municipal de Projetos e Obras inicialmente preconizava. Esse aspeto podia também ter atrasado do ponto de vista da reprogramação das etapas da obra, no sentido de facilitar o acesso à Praceta da Infante Dom Pedro, que era uma preocupação manifestada pelos moradores e que num primeiro momento os serviços da CML resistiam a aceder. -----

----- Tanto quanto sabia, pelo ofício que lhe fora remetido e que julgava já estar no sítio eletrónico da CML, as obras já teriam uma data fixada. -----

----- Em relação à obra junto ao fontanário, a Junta de Freguesia já dispunha de dois fiscais que transitaram dos serviços da CML para os quadros da Junta e brevemente enviaria os fiscais para notificarem. Não tinha conhecimento, era a primeira vez que ouvia falar dessa obra, podia ser de iniciativa da própria PT, mas não sabia e iria enviar os fiscais para prepararem um relatório sobre essa matéria. -----

----- A lavagem estava a ser feita durante o dia mas não havia reporte de situações relativamente à água nos estabelecimentos. Não sabia se os comerciantes preferiam limpar a água sem notificar, mas teria sido muito útil que tivessem feito chegar essa informação, porque isso seria considerado do ponto de vista das diligências ocupacionais. Iria avaliar junto dos responsáveis se tinha havido no contacto direto entre os operacionais da limpeza urbana e os comerciantes alguma interação que não tivesse sido superiormente reportada e não chegasse ao conhecimento do Executivo. -----

----- Quanto ao serviço noturno do posto das Murtas, ele estava aberto para uma função que já não era da Junta de Freguesia. A recolha de monos não era uma atividade que fosse organizada pela Junta de Freguesia e uma vez que aquele posto estava afeto apenas às atividades a cargo da Junta de Freguesia, sem prejuízo do pequeno espaço que a Polícia Municipal lá ocupava, não fazia sentido que mantivesse serviço noturno para funções que já não desempenhava. -----

----- Sem prejuízo de circunstancialmente, em determinadas alturas do ano, haver necessidade de assegurar serviço noturno para algumas operações de lavagem em ruas

de maior circulação pedonal diurna, onde essas operações só podiam ser realizadas durante a noite. Era possível que nesses dias o posto fosse reaberto, mas não havia outro serviço que justificasse o funcionamento à noite. -----

----- Quanto ao posto da Moniz Barreto, ele alojava um serviço das brigadas de suporte que não transitaram. No momento ele alojava algum equipamento utilizado naquela zona de limpeza e os profissionais eram transportados a partir do posto das Murtas, eram deixados naquele local, utilizavam aquele equipamento e regressavam ao posto das Murtas. -----

----- Quanto ao restante edifício, estava a ser estudada a possibilidade dele albergar aquilo que se chamaria a Divisão de Espaço Público e Equipamentos na futura orgânica da Freguesia, a aprovar. Teria técnicos superiores da área da engenharia e arquitetura, bem como alguns fiscais e assistentes técnicos nos dois pisos superiores do edifício. Estava a ser estudada essa possibilidade e era uma situação que seria do conhecimento da Assembleia de Freguesia para aprovar a criação da divisão nesse espaço.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios pela Junta de Freguesia de Alvalade;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o regulamento já tinha sido colocado em consulta desde fevereiro e foram sido convidados os Membros da Assembleia de Freguesia a pronunciarem-se no contexto dessa discussão pública, o que apenas tinha feito o BE e a sua proposta fora integrada, tendo os próprios Membros do Executivo da Junta sido convidados nesse âmbito a utilizar o período de discussão pública, para efeitos de economia de tempo e processual, para fazer os seus contributos. A maior parte deles foram integrados na proposta. -----

----- O documento tinha vários meses de conhecimento dos Membros da Freguesia e de toda a população que porventura se tivesse interessado sobre essas matérias. -----

----- **Membro João Morais (BE)** perguntou se na alínea dos estabelecimentos de ensino estariam também englobados os estabelecimentos de ensino privados. Não parecia muito razoável estarem englobados, uma vez que causava alguma estranheza um colégio privado vir a receber algum subsídio ou apoio. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que não se iria pronunciar detalhadamente sobre o documento, mas fazer uma análise global. -----

----- As exigências feitas pelo documento iriam dificultar o acesso ao apoio de muitas coletividades e instituições de pequena dimensão e que na maioria dos casos eram geridas com muita carolice por parte das direções.-----

----- Essas pequenas entidades, centradas no âmbito desportivo ou cultural, não tinham capacidade para de modo próprio, se não tivessem apoio, preencher na totalidade todos os requisitos exigidos pelo regulamento. -----

----- Por outro lado, também lhe parecia que podia condicionar a própria ação dos eleitos nas juntas responsáveis pelos vários pelouros, que muitas vezes eram chamados a agir com uma certa rapidez. -----

----- O regulamento parecia mais talhado para uma câmara municipal, com uma dimensão maior, do que para uma junta de freguesia. -----

----- Apesar dessas reservas, o PCP iria votar favoravelmente o documento. No entanto, estaria sempre atento para que as pequenas instituições, devido à sua dimensão e falta de capacidade de apoios técnicos, não ficassem privadas das ajudas que justamente mereciam.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** pediu desculpa por não ter sugerido antes o aditamento que iria sugerir agora e que era o acrescento de uma alínea h), que referisse as instituições de saúde. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que não obstante o documento ter estado em discussão pública, o PSD considerava conveniente, para o qual estavam eleitos, poder discuti-lo na Assembleia de Freguesia.-----

----- Do ponto de vista do PSD, um dos grandes objetivos de qualquer regulamento era clarificar, trazer transparência e significado. No caso desse, especificamente, estavam a falar de um documento que era estratégico e sobre o qual o Executivo definia os critérios de apoio às instituições de diferentes naturezas que já trabalhavam na Freguesia, ou até novas que poderiam vir a desenvolver o seu plano de ação na Freguesia ou com a população da Freguesia.-----

----- Reconhecia a necessidade do regulamento e felicitava o Executivo por essa iniciativa, mas considerava que a necessidade de transparência e clareza devia ser sempre acompanhada de um processo simples e pouco burocrático, garantindo que as verbas atribuídas o fossem a quem vivia, trabalhava, estudava ou visitava, e que pudesse atuar nas instituições a desenvolver, ou até promover novas atividades. -----

----- O PSD era muito favorável ao controle e à fiscalização das atividades apoiadas. Assim, seria necessário, mais do que um regulamento que estava no papel, que houvesse de facto uma ação consistente de acompanhamento, para que essa fiscalização fosse uma realidade. Acreditava mesmo que a Junta de Freguesia era quem melhor estava posicionada para conseguir perceber que instituições devia e podia apoiar. -----

----- Aliás, até ia mais longe e considerava que a grande maioria das atividades apoiadas pelas juntas deviam ter como parceiros instituições no próprio terreno. No entanto, a forma como o regulamento era apresentado não refletia a proximidade e o conhecimento dessas instituições, porque trazia um grau de subjetividade considerável. -----

----- No capítulo 2 de apoios financeiros, no artigo 9º, nos critérios de seleção, o ponto 1 trazia logo a descrição de qualidade e interesse do projeto. A qualidade era uma característica completamente subjetiva e, tendo em conta que se queria clareza e transparência, não parecia ser assim considerado.-----

----- Na alínea d) falava em capacidade demonstrada, o que do ponto de vista do PSD era pouco consistente com as alíneas anteriores, que nomeadamente falavam de inovação e criatividade. -----

----- No ponto 2, em que já estavam a falar de apoios no âmbito social, a alínea d) referia o âmbito geográfico e populacional da intervenção. Isso deixava-a de alguma forma intranquila, porque a Freguesia não tinha uma dimensão, nem sofria de uma heterogeneidade que justificasse tal discriminação. Era uma coisa que não conseguia perceber, porque não lhe passava pela cabeça que não se devia promover uma Freguesia que fosse um todo. Ainda que tivessem uma Freguesia fruto de três áreas distintas, não lhe parecia que isso pudesse promover a coesão necessária e a apreensão da própria identidade de Alvalade.-----

----- Se estavam a falar de atividades que fossem feitas na área da Freguesia, não percebia por que razão não era mais claro. Aliás, isso ia um pouco de encontro àquilo que o Membro do PCP dissera, que de facto pareciam estar a falar de um regulamento nacional ou municipal, que tinha de ter em conta assimetrias importantes. -----

----- No ponto 4 falava de interesse cultural e qualidade técnica. A sua pergunta era quem iria avaliar essa qualidade técnica. Só um especialista poderia aferir da qualidade técnica de um evento cultural. -----

----- Na alínea f) falava-se em parcerias e intercâmbio nacional e internacional. Pedia algumas cautelas em relação ao que seria isso. Já tinham a história das freguesias e dos municípios e quando se falava desses intercâmbios a fama não era propriamente a melhor.-----

----- No ponto 4, na área desportiva, a alínea d) falava em grau de formação académica na área desportiva dos treinadores e/ou coordenadores desportivos envolvidos no projeto. A alínea k) falava de acompanhamento médico e psicológico. Isso era uma realidade de clubes profissionais e que estava muito longe da realidade dos clubes e das coletividades da Freguesia, para os quais a Junta de Freguesia estava mais vocacionada a apoiar. O que acontecia era que a grande maioria dos treinadores desses clubes e coletividades eram elementos das equipas seniores ou pessoas com muito tempo de sócio, com conhecimento da modalidade e, de uma forma até pro bono, eram treinadores dos escalões mais jovens. -----

----- O ponto 8 falava em “disponibilizar indicadores que garantam a transparência”, quando isso podia ser feito de uma forma muito simples, que era levar os coeficientes de ponderação para cada uma das alíneas. Nem sequer era explicado se alguma das alíneas era de exclusão ou não. -----

----- Isso era o que verdadeiramente interessava a quem se candidatava aos apoios, era o que levava objetividade e critério, tratar as instituições todas com equidade e não colocar subjetividade que pudesse levar interesses particulares do momento. Isso não estava em lado nenhum. -----

----- Deveria constar um anexo com uma tabela detalhada, com todo o tipo de apoio não financeiro que poderia ser dado às instituições, como fosse a utilização de instalações, a utilização do autocarro e todas as que estavam previstas. -----

----- Lamentava que o regulamento não trouxesse aquilo que para o PSD era essencial: clareza, transparência e simplicidade. Aliás, temia pelo futuro, porque esse regulamento fugia com muita clareza à simplicidade, era altamente burocrático e com muitos critérios subjetivos, para além de que denotava um divórcio preocupante com a própria vivência das instituições que eram potenciais candidatas aos apoios. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta, solicitando-lhe que fizesse menção sobre o facto de pretender ou não incorporar alguma das questões, designadamente um aditamento que tinha sido proposto, ou qualquer alteração à proposta apresentada. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que daria corpo à proposta de aditamento apresentada pelo PS, no sentido de ser integrada. Nenhum dos outros grupos políticos tinha apresentado propostas de alteração, aditamento, eliminação, ou alternativas. -----

----- Esclareceu que a conclusão da alínea g) resultara de uma proposta do Executivo que tinha em mente uma circunstância muito tradicional no contexto da Junta de Freguesia e que eram os estabelecimentos de ensino ao nível pré-escolar na Freguesia, mesmo privados, solicitarem com frequência apoios de natureza não financeira, designadamente a utilização dos auditórios, para as festas de Natal, apresentação de saraus, etc. O que se pretendia era que essas entidades, sem necessidade de estarem inscritas na base de dados para qualquer outro apoio à luz do regulamento, poderem fazê-lo nesse contexto. -----

----- No caso de apoios financeiros, qualquer transferência financeira para uma instituição privada seguiria os trâmites normais da legislação e não era o regulamento que ia alterar essa circunstância. -----

----- Quanto às exigências do regulamento, era evidente que esse ou qualquer outro regulamento suscitaria sempre algumas apreensões. Era a primeira tentativa de implementar qualquer coisa desse género numa Freguesia, pelo menos que conhecesse, e isso devia-se à circunstância de ter aumentado muito o número de instituições que se relacionavam no novo perímetro da Freguesia de Alvalade. Por outro lado, aumentaram-se substancialmente os recursos humanos com capacidade para processar internamente a tomada de decisão. -----

----- A maior parte dos clubes envolvidos tinha apoio no sentido de instruir nos prazos fixados os procedimentos que entendesse. Era evidente que estavam a onerar o Executivo da Junta e era isso mesmo que se pretendia, obrigava-se a Junta de Freguesia a ter uma tramitação célere, porque toda a regulamentação da administração pública era uma fonte de autovinculação. Estava-se precisamente a propor à Assembleia de Freguesia que vinculasse a terem prazos pré-fixados para a tomada de decisão, para que as organizações conseguissem, com um grau de previsibilidade suficiente, saber com o que contavam quando apresentavam uma candidatura e, por outro lado, também saberem com o que contavam quando pediam um apoio não financeiro de véspera. ----

----- Quanto às pequenas entidades, tinham sido identificadas as entidades que tinham mais e menos dificuldade em adaptar-se a esse tipo de exigências, que haviam de ser respetivamente aquelas que prescindiam de se candidatar aos apoios no âmbito do Regulamento de Apoios do Município de Lisboa, que era, salvo pequenas alterações, muito próximo do que se apresentava e com os mesmos calendários. -----

----- Quem tinha que instruir um determinado processo para se candidatar naquele período ao financiamento do Município, fazê-lo também ao mesmo tempo para a Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Depois da inscrição na base de dados, a informação era de mera atualização e não era despreciada. Parecia fundamental haver um conhecimento claro de qual seria a natureza e o funcionamento das instituições que estavam a receber verbas do erário público. O que não seria aceitável era o cenário que existia na própria lógica dos apoios das Freguesias, de uma completa ignorância sobre o caminho que a verba pública fazia a partir do momento em que saía da esfera do perímetro orçamental da Freguesia.-----

----- Tinham que conhecer bem as entidades e ter instrumentos de responsabilização para quem recebia dinheiro proveniente de todos os contribuintes, sem prejuízo de uma das medidas do programa eleitoral, que já funcionava informalmente e que seria consubstanciada num modelo mais organizado quando concluído o acolhimento dos técnicos da CML nos quadros da Freguesia, o gabinete de apoio às coletividades. -----

----- As coletividades que mostravam dificuldades do ponto de vista da gestão sabiam que a Junta de Freguesia estava ao seu lado mesmo nas situações mais complexas e que era um parceiro até íntimo no sentido de resolver problemas que assaltavam o espírito de alguns dirigentes de coletividades de base local. Portanto, a ideia de que o regulamento manifestava qualquer desconhecimento a propósito do tecido desportivo, social e cultural da Freguesia, era uma ideia que não sobrevivia a trinta segundos de raciocínio. Um regulamento que estivera na rua desde fevereiro tinha sido, obviamente, escrutinado junto das coletividades e se nenhuma tinha apresentado contributos à discussão pública, porventura era uma preocupação que não as assaltava. -----

----- Disse que aceitava a sugestão do PS, de incluir as instituições públicas de saúde na alínea h) do número 2, artigo 1º, uma vez que no âmbito das atividades que vinham a ser preparadas, em especial com o Centro de Saúde de Alvalade, era importante que houvesse essa possibilidade. Isso sem prejuízo de todas as decisões de apoio, mesmo aquelas que não eram feitas no contexto do regulamento, merecerem sempre uma fundamentação. Aliás, não se podia tomar uma decisão na administração pública sem uma fundamentação, porque seria nula. -----

----- Quanto às considerações tecidas pela Membro Mariana Teixeira, era um discurso de falta de adesão à realidade. Era natural que, tendo descoberto o regulamento em cima da hora, tivesse feito uma leitura apressada, mas algumas coisas já tinha sido esclarecida em resposta ao Membro do PCP. -----

----- Estava reconhecida a necessidade de haver um regulamento desse género. Não se podia ter uma política que permitisse haver um facilitismo, que sempre acontecera e que

fizera com que algumas instituições fossem excessivamente débeis na sua organização, porventura com gravíssimos problemas de gestão interna que levavam a sérias desconfianças do ponto de vista da transparência. O regulamento era exigente, mas responsabilizava os dirigentes desportivos, que estavam disponíveis para esse combate, porque não tinham desconfiança em relação a si próprios, como o Executivo não tinha desconfiança em relação a eles, como manifestava a Membro Mariana Teixeira, de achar que não estavam preparados para conseguir fazer procedimentos que muitos deles já faziam. Era um discurso que não fazia sentido nenhum e até era acintoso para essas organizações, que demonstravam um bom trabalho e capacidade. -----

----- O artigo 9º, número 2, alínea d) tinha deixado intranquila, pelo que queria deixar uma palavra de tranquilização. Era diferente valorar um projeto, por mais elevado que fosse o pedido, que pretendia dar resposta a uma situação de emergência social de três famílias, ou um projeto que pretendia envolver 30, 100 ou 200 famílias. -----

----- Do ponto de vista territorial era diferente, nos montantes a atribuir, financiar um projeto que se ocupava de um bairro ou de uma rua ou financiar um que era transversal à totalidade unitária do território da Freguesia. Dizerem que a Freguesia não tinha assimetrias deixava-o perplexo, porque se havia Freguesia assimétrica na cidade era a de Alvalade, onde havia situações gravíssimas de carência social em determinados polos e outros sítios onde havia população da mais abastada da cidade. Se fosse apresentado um projeto na área social para apoiar um bairro onde não estavam sinalizadas pessoas carenciadas, era evidente que tinha de haver um sinal de alerta para chamar a atenção de que ali se calhar não fazia sentido apoiar projetos dessa natureza, o que seria avaliado pelos técnicos e que o Executivo auscultaria sempre.-----

----- Por outro lado, achar que conceitos como a qualidade ou o interesse do projeto eram critérios subjetivos, era evidente que toda a decisão pública tinha um âmbito de discricionariedade e não era próprio de um regulamento limitar todos os índices de discricionariedade da decisão. Os documentos deviam apresentar as linhas estratégicas com que em cada ano se escolhiam os projetos no seu âmbito, onde a qualidade haveria de ser a correspondência aos requisitos pré-definidos do ponto de vista estratégico, que podiam ser diversos e já existiam no Município com larga experiência de décadas.-----

----- Por exemplo, e não queria dizer que viessem a ser esses, mas clubes com mais que uma atividade desportiva, que promovessem o desporto feminino, que tivessem projetos de inclusão social no seu âmbito. Tudo isso eram aspetos de valoração. -----

----- O que tinham presente era um regulamento que permitia responder à necessidade de transparência, escrutínio e promoção da qualidade da gestão das instituições que se candidavam a apoios públicos, que era dinheiro de todos os contribuintes.-----

----- Quanto à ideia de uma tabela dos apoios não financeiros, a ideia era mesmo essa, era não ser tipificável. Podia haver apoios não financeiros que não estavam na imaginação de quem tipificasse. Isso era burocratizar aquilo que se pretendia simples e célere. -----

----- Voltando ao princípio, considerando que não havia propostas de alteração concretas, havia uma consensualização bastante alargada de que era um bom ponto de partida para um modelo de regulamento desse género. Era evidente que da mesma maneira que a Assembleia de Freguesia tinha a competência para aprovar o regulamento, também tinha a competência para avaliar e alterar à medida que fosse sendo desenvolvido. Isso era próprio da dinâmica de funcionamento normal das instituições públicas. Nem sequer ficava sujeito a uma especial maioria reforçada para alteração de qualquer um dos seus preceitos. -----

----- Iriam promover o funcionamento do regulamento nesse período de teste. Não corria riscos porque os clubes que recebiam apoios das extintas Juntas tiveram um

contacto direto no sentido de tomar conhecimento e participar na discussão pública, mas nenhum o tinha feito. O único contributo na discussão pública, exterior à Junta de Freguesia, tinha sido o do BE. Se houvesse preocupações de maior, a atitude normal teria sido dos clubes se pronunciarem. -----

----- Do ponto de vista da avaliação de desempenho do regulamento, depois do primeiro período de atribuição de apoios, que decorreria no próximo verão, poderiam avaliar e fazer ajustes. Poderiam ver qual era o nível de transformação do ponto de vista da capacidade de resposta que as próprias coletividades tiveram capacidade de construir.-

----- Felicitou todos aqueles que tiveram a oportunidade de analisar e discutir esse regulamento, que era o primeiro de muitos. Posteriormente teriam uma discussão com muito interesse por parte da Assembleia de Freguesia, à medida que fossem avançando. Convidou os Membros da Assembleia de Freguesia a procurarem, do ponto de vista prático, antecipar algumas das questões, porque as discussões na Assembleia eram sempre as mais difíceis do ponto de vista procedimental e também as mais maçadas, que fizessem um trabalho de casa para preparar uma discussão rápida e simples. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** perguntou se as instituições tinham sido avisadas de que o regulamento ia à discussão e que estava feito dessa forma. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que as instituições tinham recebido nos seus correios eletrónicos exemplares do regulamento. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** perguntou se tinha confirmado essa receção e se tinham dado atenção ao documento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que isso era feito pelos diferentes pelouros, julgava que sim, mas não fazia *baby sitting*. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que dava por adquirida a aceitação por parte do Executivo de uma nova alínea ao número 2 do artigo 1º, que passaria a ser a alínea h), “instituições públicas de saúde”. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **Regulamento de Atribuição de Apoios pela Junta de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e PCP), 8 votos contra (PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (BE). -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da submissão de autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais referentes à proposta nº 32/2014, no âmbito de serviços de telecomunicações, internet e fornecimento de equipamentos complementares para constituição de redes de telecomunicações;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que era entendimento do Executivo que o artigo 6º, número 1 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, mais conhecida por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, não era aplicável ao universo das freguesias. -----

----- O que dizia o legislador a determinada altura era que o órgão competente para a autorização prévia de assunção de competências pelas autarquias locais era a Assembleia Municipal. Isso significava que as freguesias, que eram autarquias locais, deviam levar os seus pedidos de autorização prévia à Assembleia Municipal, o que era manifestamente inconstitucional. -----

----- O legislador, conhecendo a organização administrativa autárquica portuguesa, não quisera colocar um especial ónus às freguesias do ponto de vista da assunção de compromissos plurianuais, o que aliás se fazia na legislação anterior à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Devia significar, para uma leitura atenta da legislação, que as freguesias não tinham esse ónus. -----

----- Acontecia que a Direção Geral das Autarquias Locais tinha um entendimento diferente, sem o fundamentar, e a Associação Nacional de Freguesias, infelizmente, sem

fundamentar, absorvera *ipsis verbis* o entendimento da Direção Geral das Autarquias Locais. Todavia, como essa Direção Geral era a entidade com poderes inspetivos no sector das freguesias, levava a sensatez a defender que se cumprisse o seu entendimento da Lei nessa matéria e era o que estavam a fazer. -----

----- Havia duas modalidades possíveis, uma que era pedir uma autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no conjunto de um determinado ano orçamental, o que em princípio se faria no próximo exercício orçamental, que ainda não estava decidido. Outra era onde fossem necessários, por haver razões de grande utilidade do ponto de vista de encontrar preços mais interessantes, pedir a autorização prévia competente. Era o que se fazia nesses dois casos.-----

----- O primeiro era um processo de grande monta, que tinha a ver com a necessidade de uniformizar os serviços de telecomunicações, redes, etc., no conjunto de toda a Freguesia e dos equipamentos que estavam sob sua gestão, o que se fazia com uma poupança em relação ao conjunto agregado dos orçamentos das três extintas Juntas de Freguesia.-----

----- Os montantes estavam perfeitamente identificados. Não estava ainda escolhido o cocontratante, que seria escolhido no âmbito de um processo pré-contratual nos termos do Código de Contratos Públicos, para o qual estava ser elaborado o competente caderno de encargos e tendo já sido feita uma consulta muito abrangente e bastante complexa às diferentes ofertas no mercado, algumas das quais em acelerada transformação do ponto de vista de alguns fornecedores.-----

----- Estava apurado o montante global que devia ser considerado como teto para colocação no caderno de encargos. Era isso que estava à discussão. Não era, porque também não seria competência da Assembleia de Freguesia, nenhum fornecedor ou contrato em concreto, era a fixação de um montante e da duração do compromisso plurianual em que a Assembleia de Freguesia autorizava o Executivo da Junta e que conformaria os requisitos que integravam o caderno de encargos num procedimento pré-contratual no âmbito do Código dos Contratos Públicos.-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que fazia sentido, com a agregação das três antigas Freguesias. A única lacuna em termos da assembleia de Freguesia era o facto de não haver o conhecimento que deviam ter sobre o caderno de encargos. Era mais transparente e ficavam a saber, bem como saberem quais foram as propostas recebidas dos três operadores, mas a proposta fazia sentido e o PCP era a favor.-----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que apenas tinha uma dúvida meio técnica. Nas duas propostas, na alínea a), tinham exatamente a mesma redação com exceção do valor. As telecomunicações e internet eram comuns às duas, havia uma duplicação que não fazia sentido.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que, com base do que fora exposto pelo Membro do PCP, faria todo o sentido conhecer o caderno de encargos. Uma proposta que segundo julgava seria com um valor que não chegaria aos 25 mil euros e que pelos contratos públicos não obrigava a um concurso público, mas sim a uma aceitação de três propostas, perguntou se era esse valor que estavam a contratar ou se estavam já a contratar para os três anos.-----

----- Perguntou se poderiam fazer chegar o caderno de encargos nos próximos dias, para poderem dar uma vista de olhos. Não tinham poder de decisão, mas pelo menos para consulta e para verificar se estava tudo em condições.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a intervenção do Membro Diogo Bastos, porque de facto havia um lapso que seria corrigido na proposta 33/2014. Muitos olhos tinham passado pela proposta e só o Membro Diogo Bastos tivera a capacidade de apanhar essa situação.-----

----- Quanto ao caderno de encargos, a assunção de compromissos plurianuais era prévia à própria conclusão do caderno de encargos, que depois seria uma das peças que instruíam o procedimento. A Assembleia de Freguesia não podia conhecer, como a própria Junta ainda não conhecia, a natureza final do caderno de encargos, que havia de ser composta quando esse elemento pudesse ser adicionado. Todavia, esse documento podia sempre ser requerido e imediatamente o Executivo entregaria, mas podia fazer melhor que isso, que era acompanhar a *base.gov.pt*, onde esses documentos tinham que ser obrigatoriamente publicados e com o escrutínio público internacional.-----

----- As discussões sobre não haver na Assembleia um caderno de encargos eram de quem não conhecia como tramitava a contratação pública no regime jurídico português, o que parecia suceder nalguns casos, ou era simplesmente retórica política, o que também lhe parecia suceder noutros casos, porque o limite do ajuste direto não era de 25 mil euros, era 75 mil euros num período de três anos. -----

----- O que estava em causa podia ser um ajuste direto, mas não era forçoso que fosse um ajuste direto. O procedimento a adotar seria aquele que o gabinete jurídico propusesse e instruisse, não era um problema de decisão política nessa fase. Felizmente que o gabinete jurídico já se encontrava parcialmente constituído, por transferência de funcionários do Município para a Junta de Freguesia, com especialistas com obra publicada em contratação pública e que seguramente seriam as melhores pessoas para aconselhar o Executivo no sentido de adotar um ou outro procedimento pré-contratual.

----- Os operadores contactados tinham sido a PT, a NOS e a Vodafone, que aliás já trabalhavam com as três extintas Juntas, que também tinham compromissos plurianuais assumidos em relação a fidelizações nessa matéria e nalguns casos que conhecia não tinham sido sufragados em Assembleia de Freguesia, ainda que celebrados com essa legislação em vigor.-----

----- Do ponto de vista da transparência, o nível de escrutínio era enorme. Dentro dos limites do ajuste direto até se podia ter consultado só um fornecedor e tinham até ao momento consultado três, o que não significava que, uma vez elaborado o caderno de encargos, não pudessem remetê-lo com um convite para todos os fornecedores a nível nacional. Desde que aceitassem cumprir o caderno de encargos, estavam à concorrência. Era assim que tramitava a contratação pública no ordenamento jurídico português.-----

----- Quem requeresse o caderno de encargos, a partir do momento em que estivesse pronto, ao abrigo do acesso aos documentos administrativos teria direito a esse acesso. Quem tivesse um interesse mais fino do ponto de vista dos procedimentos pré-contratuais, contratos desse valor tinham que ser inscritos na *base.gov.pt*. Era uma Freguesia madura do ponto de vista administrativo a funcionar.-----

----- Esperava que a Assembleia de Freguesia colocasse a questão de saber se tinha havido ganhos de poupança agregados em relação aos orçamentos das extintas Juntas de Freguesia, o que podia não acontecer, em função da complexidade do serviço que se estava a contratar ser superior ao serviço agregado das três Juntas de Freguesia, mas mesmo assim o preço base era inferior. Com o posto das Murtas, as escolas, o posto da Rua Moniz Barreto também seria ligado, os mercados, etc., mesmo pondo esses edifícios todos a funcionar em rede, a suportar o sistema de gestão documental com *back up* diários, ainda assim o custo agregado era inferior àquele que as extintas Juntas estavam a pagar, o que lhe parecia um sucesso do ponto de vista negocial e um aspeto muito positivo nesse procedimento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais referentes à proposta nº 32/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP e BE) e 8 abstenções (PSD e CDS-PP).-----

----- Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da submissão de autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais referentes à proposta nº 33/2014, relativo a serviços de instalação de um sistema integrado de gestão documental com uma plataforma online; -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que queria começar por corrigir o lapso sinalizado pelo Membro Diogo Bastos. Era evidente para todos que o objeto que se pretendia contratar era o que estava descrito sumariamente na convocatória, “serviços de instalação de um sistema integrado de gestão documental com uma plataforma online”.

----- Propôs que na alínea a), onde se lia “serviço de telecomunicações, internet e fornecimento de equipamentos complementares para constituição de redes de telecomunicações” de lesse “prestação de serviços de instalação de um sistema integrado de gestão documental com uma plataforma online.

----- Esse fornecimento conjugava-se com o sistema de gestão que já era utilizado por duas das três extintas Juntas de Freguesia. Tinha sido esse o critério, das três havia duas que usavam o mesmo sistema. Havia sistemas cuja fidelização era muito superior, nalguns casos até ao ano 2017.

----- O que a plataforma permitia era, nessa forma conjugada com os sistemas de gestão, utilizar ferramentas de organização interna, como fossem agenda, a gestão documental ligada ao ERP da correspondência, gestão e acompanhamento dos processos, quer fossem reclamações, sugestões, suporte ao atendimento telefónico, algumas funcionalidades online, designadamente na ligação com a Freguesia. Seria um processo cuja instalação iria demorar algum tempo até que conseguisse atingir o seu máximo de maturidade, que era a possibilidade de instruir os próprios procedimentos administrativos através da internet, como os diferentes requerimentos, emissão de licenças, atestados, etc., consultas e despachos através da correspondência. Era possível seguir o word flow através do sistema de gestão documental e gerar informação estatística a propósito do desempenho nessa mesma atividade.

----- A informação ficava centralizada e havia registos de todas as interações do exterior com o sistema. Mesmo o que era instruído em papel passava a ser digitalizado e entrava automaticamente dentro do sistema, ficando a informação online.

----- De futuro os Membros teriam uma conta de e-mail institucional da Junta de Freguesia, que seria o mecanismo através do qual entravam na plataforma e acediam em tempo real ao momento em que os documentos eram colocados.

----- Permitia anexar fotografias, ficheiros, todo o tipo de documentos. Permitia também gerar respostas automáticas por sms ou e-mail no sentido da acusação de um determinado registo da entrada de correspondência, permitindo um sistema de interligação com o cidadão no sentido de ele conhecer o número atribuído à ocorrência a que dera origem a sua correspondência.

----- Permitia ainda rastrear toda a circulação do procedimento dentro da rede de e-mails da Junta de Freguesia, que seria feita não através de *browser*, mas através desse próprio sistema. As pessoas não consultavam o serviço de e-mail, consultavam o seu e-mail dentro do sistema de gestão documental, o que permitia conseguir perceber que do ponto de vista do despacho, quando ele se fizesse de forma eletrónica, qual era o trajeto de um determinado procedimento, quem ficara responsabilizado por que tarefa e de que maneira se conseguia rastrear um determinado procedimento no passado.

----- Seria uma ferramenta muito importante do ponto de vista da dinâmica diária de funcionamento da Junta de Freguesia, uma vez que os serviços não funcionavam apenas num edifício e, portanto, a comunicação interna entre dirigentes e operacionais tinha

necessariamente que se fazer por meios eletrónicos que fossem passíveis de validação, que permitissem reconstruir a tramitação realizada em certo procedimento.-----

----- Estava-se a finalizar o caderno de encargos, que daria origem a saber se o convidado seria uma única entidade, uma vez que era a entidade que interligava com o sistema de gestão que já estava implementado nas três anteriores Juntas de Freguesia, pelo que seria muito mais barato fazer com esse fornecedor. Era um fornecedor que tinha como clientes 600 Freguesias no País e todas as de Lisboa, o que permitia uma linguagem de comunicação comum em todo o território. -----

----- Era também uma plataforma que daria acesso ao *website*. Era com base nessa plataforma, que depois tinha uma correspondência de *front office* para o cidadão através do *website*.-----

----- Estava muito expetante da instalação desse sistema, porque estava convencido que iria dar um grande impulso do ponto de vista do expediente e da atividade diária da Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** disse que um primeiro esclarecimento já tinha sido dado, que era relativamente ao objetivo da plataforma de gestão documental. Numa primeira leitura podia parecer que a gestão documental queria dizer a integração em termos bibliotecário do acervo que a atual Junta tinha. Já percebera que não era. -----

----- Do ponto de vista interno da Junta, fazia todo o sentido haver um serviço de gestão para apoio à decisão e relativamente a todos aqueles que utilizavam os novos meios era seguramente um passo em frente. A sua dúvida era que no momento a iliteracia era maior não pelo facto de não se saber ler, que essa ainda existia, mas começava a ser iliteracia tecnológica. Os info-excluídos, que não tinham acesso a essas plataformas, tinham graves dificuldades de entrar em diálogo e perceber como as coisas funcionavam.-----

----- Se o objetivo fundamental era a gestão interna, aí tudo bem. Se era também um elo de comunicação com os fregueses, os info-excluídos precisariam de ter outras formas de comunicação. Esperava que tivessem pensado nisso.-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que o PCP sempre defendera que, com a agregação, as sedes das antigas Juntas deviam manter-se abertas como postos de atendimento, que era o que estava a acontecer, mas as informações que tinham era de que a resposta dada por esses postos de atendimento era diminuta. Tanto quanto tinham informado, alguns documentos que os fregueses iam pedir, nomeadamente licenças para caniços, atestados, faturas, etc., tinham que ser validados na sede. -----

----- A pergunta que tinha era se com essa plataforma haveria uma resposta mais célere nesses postos de atendimento, se os fregueses ficariam mais bem servidos e na hora. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu as questões colocadas, porque elas permitiam salientar dois aspetos decisivos que evidenciavam a importância de um sistema desse género no apoio à gestão. -----

----- Como questão prévia queria dar conta de que o acervo bibliográfico, o que se decidira fazer era usar o pré-existente da Junta de Freguesia de São João de Brito e catalogar o espólio bibliográfico das restantes Juntas. Não se decidira fazer a integração porque no momento havia uma grande discussão no contexto da cidade a propósito da rede de bibliotecas municipais. Existia a ideia de modificar o conceito de rede municipal de bibliotecas para uma plurititularidade das bibliotecas que a integravam. As bibliotecas municipais estavam na rede municipal mas as bibliotecas das Freguesias, embora não sendo municipais, podiam estar na rede municipal. Era como muitas bibliotecas que integravam redes internacionais e seria impensável que fossem todas tituladas pela mesma pessoa jurídica. -----

----- Isso poderia significar a necessidade de uma atualização a um sistema central de catalogação, que seria pressuposto dessa integração na rede, para se poder usar o sistema PORBASE, que era o sistema no qual estava baseado a rede municipal de bibliotecas. Tinha a vantagem adicional de estar ligado com uma rede nacional de consulta e poderia ser muito interessante para aumentar o nível e diversificar a proveniência dos utilizadores da Biblioteca Manuel Chaves Caminha.-----

----- Quanto à questão do Membro Aquino de Noronha, do ponto de vista interno seria decisivo. Nos últimos meses tiveram que improvisar todas as estratégias possíveis para conseguir dar resposta descentralizada sem prejudicar o cidadão no sentido dele ter que modificar o local onde habitualmente se dirigia para qualquer procedimento administrativo. Isso onerava objetivamente os serviços do ponto de vista do serviço externo e o Executivo do ponto de vista do acesso à informação.-----

----- Um procedimento podia ser instruído na Ernesto Vasconcelos e o atestado, por exemplo, teria sempre que ir à sede recolher um selo branco ou uma assinatura. Esse procedimento, embora fosse sempre cumprido nos termos que a Lei permitia, era um procedimento que para o cidadão atrasava aquilo que podia ser a capacidade de resposta.-----

----- O que iria acontecer era que o procedimento instruído na Ernesto Vasconcelos aparecia no mesmo instante em qualquer instalação. Quem tinha sido Presidente de Junta sabia as horas que se perdiam na Assembleia Municipal, por exemplo, por vezes com trabalho mais intenso por estarem envolvidos naquela matéria, mas outras vezes havia temas em que não tinham tanto interesse e podiam perfeitamente, como já faziam muitos Presidentes de Junta, estar atentos ao decorrer da sessão e ir adiantando despacho eletronicamente.-----

----- A vantagem da articulação com o sistema ERP era que aquilo que entrava em papel era digitalizado e podia ser tramitado eletronicamente, sem prejuízo do *Outlook* também poder ser feito em papel. Podia ser entregue por correio ou de outra forma ao requerente. Portanto, as pessoas podiam continuar a fazer o preenchimento dos seus formulários online, eram carregados no sistema e depois tramitavam dentro do sistema de gestão documental, sendo expedidos em papel quando fosse o caso.-----

----- Por outro lado, quem não precisasse disso, numa fase futura que não conseguia ainda calendarizar, podia bem ter a possibilidade de não sair de casa e obter o seu atestado eletronicamente, que ele próprio imprimia na sua impressora ou remetia eletronicamente, se fosse possível do ponto de vista da entidade destinatária.-----

----- Era uma verdadeira revolução do ponto de vista procedimental. Seria um processo lento, que implicaria um nível muito elevado de formação aos profissionais, que estavam habituados a trabalhar com sistemas com outro nível de sofisticação.-----

----- A experiência dos últimos meses da situação em papel levava a que mesmo os funcionários mais desconfiados com as novas tecnologias as aceitassem, porque já compreenderam que a inexistência de soluções tecnológicas desse tipo era verdadeiramente negativo.-----

----- Por isso estavam todos muito expetantes do sucesso que isso podia empreender numa nova lógica de funcionamento interno, que se refletia sempre externamente na capacidade de resposta aos cidadãos. Se perdessem menos tempo na tramitação interna, também conseguiam tramitar mais procedimentos em menos tempo e o nível de resposta seguramente dispararia.-----

----- Não tinha sentido já, na fase de desenvolvimento que as Freguesias encontraram, não instalar serviços desse género. Não era uma coisa que fosse consequência da reorganização administrativa da cidade, na sua opinião isso teria que se fazer mesmo com a dimensão que tinham as anteriores Juntas de Freguesia. Já justificava do ponto de

vista do volume terem um controle documental mais fino e baseado em processos seguros, de *back up* diário, etc. -----

----- Teriam que avaliar dentro de um ano, para ver se era possível fazer mais um desenvolvimento, mas o que ia acontecer beneficiava quem desejava ser beneficiado do ponto de vista de interface eletrónico, sem prejudicar quem não tinha nenhum desejo de passar a interagir eletronicamente. Aliás, prova disso era que se tinha feito uma pequena transformação para permitir que a secretaria evoluísse no sentido dessa complexidade e que o atendimento ao público se continuasse a fazer e da mesma maneira estava em curso uma obra de requalificação de uma loja no Bairro FONSECAS e CALÇADA, que seria um posto de atendimento numa zona que era território da Freguesia de São Domingos de Benfica até ao ajuste de fronteiras. -----

----- Não havia nenhuma desvalorização do atendimento presencial. Pelo contrário, havia a possibilidade de quem preferia o *e-government* numa fase mais avançada, poderia utilizá-lo. Estava convencido que na Freguesia de Alvalade havia uma grande franja da população que utilizaria. Mesmo na população mais idosa, atualmente o grande fluxo de comunicação era através do e-mail e com esse sistema podia-se aspirar no curto prazo a uma Freguesia tendente à reserva de papel. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **submissão de autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais referentes à proposta nº 33/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor e 7 abstenções. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram 23 horas e 30 minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º. SECRETÁRIO _____ 2º. SECRETÁRIO _____

----- O PRESIDENTE -----

Lu. házi
Jose A. Reis
Manuel de Jesus

